AS FUNDAÇÕES DE APOIO E O ENSINO DE ENGENHARIA

Renato Lucas Pacheco[1] e Lúcia Helena Martins-Pacheco[2]

Abstract *— University Support Foundations have become important partner in engineering teaching in Brazil. They promote scientific, technological, economical and social development through research and transfer of knowledge and, also, by attracting funds and giving scholarships. However, some poor administrations and inappropriate practices rose suspicions concerning their actions and doubts appeared as to the point of their existence and actual need. This article presents foundations, their historical relevance, difficulties, economic repair, the current situation and a possible scenario if they lose liberty of action or become extinct. It is emphasized the example of FEESC as an illustration of difficulties that such organizations have been passed. Also, it is highlighted the possible losses of agility and economical resources in terms of teaching, research, and extension in public universities if other agile and efficient forms of financing are not installed.*

Index Terms — Fundações de apoio universitárias, University Support Foundations, ensino de engenharia, engineering education, intervenção judicial na FEESC, FEESC judicial process

HISTÓRICO DAS FUNDAÇÕES

Conforme [1], as fundações surgiram no "espírito de solidariedade entre os homens", com um caráter benemérito, instituídas por legado ou doação. Desde a antiguidade há registros de ações desse tipo, mas, especialmente com o cristianismo, é que as fundações adquiriram autonomia e identidade jurídica. Na Europa e nos Estados Unidos as fundações se expandiram nos Séculos XVIII e XIX para atender a demandas sociais.

O primeiro esboço de fundação no Brasil data de 1738, com a criação da Fundação de Matos Duarte, que funcionava junto a Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro. Essa se estabeleceu com a doação de parte da fortuna de Romão de Matos Duarte, um milionário da época. Entretanto, a figura fundacional só adquiriu personalidade jurídica em setembro de 1903, com a "Lei no 173, com finalidades literárias, científicas e religiosas". Atualmente, o Código Civil datado de 2002 ratifica a figura das fundações e restringe o surgimento delas "para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência". A Lei Federal nº 8.958/1994 dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. O Decreto Federal nº 5.205/2004 regulamenta a Lei nº 8.958/1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Atualmente, o Brasil tem mais de 4000 fundações, com atribuições e estatutos diversos [2].

COMO FUNCIONAM

"A fundação é uma organização que gira em torno de um patrimônio com uma finalidade específica". Seu estatuto, aprovado pelo Ministério Público (MP), define os princípios de administração que disciplinam sua gestão [1].

No Brasil, as fundações, sejam de direito público ou de direito privado, são classificadas como organizações do Terceiro Setor da economia, as quais, pela consecução dos esforços, atingem objetivos de interesse social e de utilidade pública. Elas operam em atividades essenciais da sociedade às quais o Estado tem dificuldades ou impedimentos de realizar. Uma fundação visa a fornecer subsídios para o bem estar social, tendendo a atuar de forma mais rápida que a administração pública, com sua burocracia e entraves.

"Essas organizações se autogovernam e dedicam-se à consecução de objetivos assistenciais, buscando atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou da sociedade em geral" [3]. São necessárias devido à "incapacidade do Estado (Primeiro Setor), que não consegue atender eficazmente uma faixa crescente de indivíduos em processo de marginalização, e do Mercado (Segundo Setor), voltado majoritariamente para o ganho extraordinário e para o lucro econômico do capital". Não são vinculadas ao Poder Público e não integram a Administração Pública. Não possuem fins lucrativos. São acompanhadas e fiscalizadas pelo Ministério Público, que verifica se foram observadas as bases da fundação e se seus bens são suficientes aos fins a que ela se destina. Desenvolvem atividades de utilidade pública como unidades de ensino, pesquisa, cultura e assistência social e hospitalar. Ainda, conforme [3], o "Ministério Público quer colaborar para uma nova dinâmica social, com relações orientadas pela solidariedade humana", objetivando "atingir a lucratividade social, que hoje significa mais educação e cultura, menos assaltos com mortes de pessoas de bem, menos marginalização da sociedade excluída e maior colaboração à formação moral".

[1] Renato Lucas Pacheco, Prof., Dr. Eng., Engenheiro Eletricista – NEPET (*http://srv.emc.ufsc.br/~nepet/*) / CTC/Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Universitário – Trindade – 88 040-900 – Florianópolis – SC, *pacheco@eel.ufsc.br*, Departamento de Engenharia Elétrica.
[2] Lúcia Helena Martins-Pacheco, Profa., Dr. Eng., Engenheira Eletricista, Bacharel em Psicologia – NEPET (*http://srv.emc.ufsc.br/~nepet/*) / CTC/Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Universitário – Trindade – 88 040-900 – Florianópolis – SC, *lucia@inf.ufsc.br*, Departamento de Informática e de Estatística.

As fundações de apoio surgiram na década de 60 como uma tentativa de as Universidades Federais superarem os percalços impostos pelo regime militar. Visavam a "resgatar a pesquisa, o ensino e a extensão, e ao mesmo tempo pulverizar os conhecimentos adquiridos, uma vez que as Universidades sofriam uma forte opressão de ordem legal por parte de o governo militar". As primeiras fundações de apoio foram instituídas e administradas pelos professores, visando ao desenvolvimento institucional e ao bem da sociedade. Na década de 70 houve uma ampliação das ações sociais e o crescimento numérico das fundações.

As fundações de apoio, por serem de natureza privada, são dotadas de autonomia administrativa e financeira, podendo adquirir materiais, repassar recursos para o desenvolvimento institucional e dos laboratórios, contratar mão-de-obra qualificada e subsidiar bolsas para docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. Entretanto, apesar de tantos benefícios, as fundações de apoio sofrem frequentes ataques de trabalhadores sindicalizados das universidades, incluindo parte dos docentes. O ataque é, por vezes, massivo, e na sua base se encontra um jogo de interesses políticos e ideológicos. Há, de fato, um desconhecimento dos benefícios e oportunidades que as fundações de apoio trazem para o desenvolvimento acadêmico e como determinados setores, como os hospitais universitários e laboratórios que trabalham com tecnologia de ponta, necessitam dessas entidades para garantir sua existência. Alguns casos irregulares são tomados como exemplos de má gestão e o benefício geral é ignorado.

A seguir, a questão fundacional é abordada no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

AS FUNDAÇÕES DE APOIO NA UFSC

Quem observa, mesmo que rapidamente, o orçamento executado pela UFSC, que pode ser obtido na *Internet*, percebe que grande parte dele está comprometida com o pagamento de pessoal, pagamento de convênios e despesas com o Hospital Universitário. Do pouco que ainda resta são pagas despesas com água, luz e telefone. Sobra muito pouco para investir em infra-estrutura, bolsas aos estudantes, subsídio ao restaurante universitário, investimento em programas e projetos da Instituição, manutenção de equipamentos, apoio à realização de eventos e ajuda para participar deles, entre outras necessidades.

Assim, para permitir sua sustentabilidade financeira, a UFSC necessita de aportes de fundações. Atuam junto a ela cinco entidades: a Fundação CERTI e as fundações de apoio: FAPEU, FEESC, FEPESE e FUNJAB.

A Fundação CERTI (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras) é uma instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com foco na inovação de produtos, processos e serviços no segmento de tecnologia da informação. Nos seus projetos, quando há envolvimento de pesquisadores da UFSC, as contratações são feitas através das fundações de apoio, de forma que os recursos captados e repassados à Universidade já constam dos dados fornecidos por aquelas fundações. Outras informações em <http://www.certi.org.br>.

A FAPEU (Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária) foi instituída pela Universidade Federal de Santa Catarina para apoiá-la no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Tem como missão promover o desenvolvimento científico, tecnológico e social, através do apoio à comunidade universitária da UFSC. Oferece um significativo apoio a universidade no que se refere à compra de equipamentos, material de consumo e *software*. Ver <http://www.fapeu.ufsc.br>.

A FEPESE (Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos) foi instituída em 26 de outubro de 1977, com sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, regendo-se pelo seu estatuto e pela legislação que lhe for aplicável. Tem feito aportes significativos no orçamento na UFSC, com destaque para o Centro Sócio-Econômico. Ver <http:// http://www.fepese.ufsc.br>.

A FUNJAB (Fundação José Arthur Boiteux) foi instituída por escritura pública em 31 de maio de 1958, criada há mais de quarenta anos por professores da antiga Faculdade de Direito de Santa Catarina, hoje Centro de Ciências Jurídicas (CCJ). Dentre seus principais objetivos destaca-se o apoio à integração entre a UFSC e a comunidade, por meio das atividades de extensão universitária. Ver <http://www.funjab.ufsc.br>.

A quarta fundação de apoio é a FEESC (Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina, instituída no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com a finalidade de estimular e promover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitários. Em síntese, a missão da FEESC é a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social, por meio da pesquisa e da transferência de conhecimento. Ver <http://www.feesc.org.br>.

Essa última Fundação, com seus objetivos e seu funcionamento serão mais bem explicados neste artigo. Ela passou por um processo de reestruturação, após intervenção do Ministério Público de Santa Catarina (MP–SC).

A INTERVENÇÃO NA FEESC

A FEESC passou por uma auditoria para investigar possíveis irregularidades em suas contas, que durou de fevereiro de 2007 até a última semana de março de 2008. Notificações da fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão entre os principais fatores precursores da intervenção. "O relatório da fiscalização feita pela Delegacia de Receita Previdenciária também originou o pedido de intervenção na FEESC solicitado pelo MP–SC. De posse desse relatório, o MP solicitou à Justiça que autorizasse a intervenção na Fundação para que a investigação fosse aprofundada através de uma auditoria" [4].

O MP afastou a diretoria da fundação, composta à época pelo Diretor e pelo Vice-Diretor do Centro Tecnológico

(CTC) e mais dois professores do mesmo centro. Nomeou uma interventora e também um curador especial para responder judicialmente pela Fundação.

Outras questões, relativas à política interna da UFSC, se associaram àquelas questões levantadas. A próxima eleição para a Reitoria e o posicionamento dos movimentos sindicais, com muitas acusações na mídia, incluindo acusações de financiamentos eleitorais internos a UFSC e favorecimentos pessoais, foram fatores que também tiveram influência.

Uma vez sob intervenção, os principais problemas levantados foram: irregularidades no pagamento de bolsas, especialmente pela falta de documentação comprobatória; subcontrações feitas por coordenadores de projetos, onde havia dispensa de licitação; reembolsos sem o devido controle. Este último procedimento era um mecanismo prático para cobrir pequenas despesas, mas, foi usado, por alguns coordenadores de projetos, de forma considerada abusiva pelo MP-SC.

Por outro lado, os transtornos decorrentes da intervenção foram rapidamente percebidos. A burocracia foi aumentada, muitos procedimentos foram alterados, professores passaram a realizar seus projetos em outras fundações, pesquisadores que tinham projetos em andamento tinham dificuldades para geri-los e para realizar pagamentos devidos. Caía a receita da FEESC, ao mesmo tempo em que suas despesas aumentavam. Muitas reuniões do Conselho de Curadores, antes raras e agora frequentes, passaram a ser realizadas, cujo fim último era obter fórmulas de garantir a sobrevivência da Fundação. Foi um processo exaustivo.

Paralelamente, havia um clima generalizado de desconfiança. Os professores usuários da FEESC ficaram insatisfeitos e decepcionados com a intervenção e com as repercussões causadas por ela, notadamente aqueles que estavam cientes da importância da FEESC para o ensino na UFSC. Os colaboradores da FEESC viviam a ameaça de desemprego. Os mais antigos também sofriam pressão dos professores por serem considerados, por alguns, aliados da interventora e traidores da própria FEESC. O clima no trabalho era bastante insatisfatório: medo, desconfiança, acusações, constrangimento. A Fundação estava sem diretoria e sem quem a defendesse judicialmente.

Este clima generalizado de insatisfação era percebido nas conversas informais e em reuniões formais. Opiniões contundentes, contra e a favor da FEESC, e das fundações de um modo geral, foram amplamente postadas nas listas de discussões da UFSC. A imagem das fundações de apoio junto à comunidade universitária estava enfraquecida. Além do episódio de intervenção na FEESC e de possíveis desvios de finalidade ocorridos em administrações anteriores, alvos de investigação do MP, haviam outros escândalos divulgados pela imprensa, como o caso de uma das fundações da Universidade de Brasília, a Finatec [5]. E, também devido aos constantes ataques do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), que formou um grupo de trabalho para, em síntese, combater as fundações, conforme ele, "ditas de apoio", processando indiscriminadamente seus dirigentes. Publicou farto material desfavorável à existência das mesmas em boletins de associações de docentes e em publicações próprias [6]. Percebiam-se, entre os críticos, fatores políticos e ideológicos. Todavia, principalmente, existia muita desinformação sobre o real papel das fundações, de modo geral, e das fundações de apoio, de modo particular.

Nesse período, houve mudanças nos promotores encarregados por velar pelas fundações. Foi um fator a mais que dificultou a evolução das negociações. Outrossim, procurou-se estabelecer um diálogo frutífero no sentido de definir novas regras e novos procedimentos, almejando o retorno à normalidade operacional.

Era difícil escolher os membros do Conselho Curador e da Diretoria. Além do desprestígio por que passava a Fundação, ainda havia o risco de processos judiciais. Havia uma série de restrições quanto aos candidatos. Uma delas, o impedimento legal de qualquer tipo de remuneração aos dirigentes, o que limitava a escolha de pessoas de fora da UFSC, como desejava o MP, notadamente para a Diretoria. Para resolver o impasse, alguns membros do Conselho Curador acabaram por renunciar à função para se candidatarem à Diretoria. Foram eleitos e, assim, finalmente, se estabeleceu uma nova Diretoria. Estava aberto o caminho para o retorno à normalidade das operações da FEESC.

Assim, durante o mês de abril de 2008, a Diretoria passou a levantar os dados econômico-financeiros da Fundação e procurar um superintendente que pudesse assumir a gerência executiva da FEESC. Essas tarefas foram árduas e demandaram muito tempo dos diretores que, também, se dividiam em suas outras tarefas profissionais na UFSC. Enquanto isso, a interventora tentava mostrar ao MP que sua presença era essencial para que as correções nos processos administrativos e financeiros da FEESC fossem, de fato, efetivadas. Isso dificultava a volta dos projetos, pois havia muita rejeição à figura da interventora e a tudo que ela simbolizava.

A intervenção, na visão dos professores, não havia produzido benefícios. O patrimônio da fundação decresceu devido aos gastos com auditoria, sistemas informatizados de controle, assessoria jurídica, assessoria pessoal da interventora e outros. Sem a entrada de novos projetos e os recursos daí advindos, o patrimônio da FEESC não se recompunha. Não havia garantias de sua sobrevivência econômico-financeira.

Os diretores tiveram, ainda, muitas dificuldades para encontrar um superintendente (gerente executivo). Era difícil encontrar um profissional especializado que assumisse a FEESC, pois esta estava em situação de risco. Além disso, o salário de mercado para um profissional desse tipo seria oneroso para as condições financeiras da Fundação. Quase ao final do prazo de estabelecido pelo MP para que o cargo de superintendente fosse ocupado, o Conselho de Curadores foi comunicado da dificuldade. Após várias trocas de ideias, decidiu-se que se estabelecesse uma gestão participativa,

onde a gerente de informática, que possuía "tempo de casa" e uma visão geral de todos os processos administrativos, fosse, provisoriamente, colocada na gerência executiva. Ela trabalharia em equipe com os demais gerentes, em uma gestão participativa.

Resolvida esta etapa, a Diretoria decidiu, como era do seu entendimento, dispensar os serviços da interventora. Entretanto, o MP determinou que ela continuasse na função para treinar a nova gerente e implantar um sistema informatizado que estava sendo desenvolvido. Essa comunicação fez com que a Diretoria decidisse renunciar em caráter irrevogável. Alegou dificuldades de atuação com a presença da interventora e se mostrou convencida que sua presença representava um obstáculo para a continuidade financeira da Fundação.

Diante da renúncia, o Promotor nomeou o Presidente do Conselho de Curadores para o cargo de Diretor Presidente Interino da Fundação, e a secretária do Conselho, para a sua Presidência, até ser aberto um novo edital para inscrições de novos candidatos à diretoria.

No início do mês de junho de 2008, como não havia inscritos no Edital para Diretoria, o Conselho de Curadores nomeou três de seus membros para assumirem os cargos de diretores por um período de seis meses, a partir de 11 de junho de 2008. Como esse Conselho é o órgão máximo da Fundação, ele tem a missão de zelar por ela e o poder para fazer essa determinação. O MP aceitou e considerou uma solução viável para o período de transição.

Agora, com a situação mais definida, eram necessárias outras ações. Decisões inadiáveis tinham que ser tomadas: reuniões com o MP para manutenção do diálogo e apresentação das soluções encontradas; ações em prol do recredenciamento da FEESC junto à UFSC e ao MEC. Isso permitiu que o funcionamento da FEESC ficasse totalmente regulamentado. Novos projetos puderam ser captados.

Algumas conseqüências negativas do processo de intervenção foram:

- Migração de projetos para as outras fundações, o que diminuiu significativamente a receita da FEESC;
- Desgaste da imagem da FEESC, das fundações de apoio, das pessoas ligadas a elas e da própria UFSC;
- Demissões na FEESC;
- Aumento das despesas durante a intervenção, devido à ineficiência da gestão provisória que, além disso, provocou a diminuição da receita, pois não entraram novos projetos neste período.
- Atraso de cerca de um ano no processo de recredenciamento da FEESC junto à UFSC e ao MEC;
- Insatisfação de parte da comunidade universitária e desconfiança dos coordenadores de projetos.

Segundo o entendimento do MP-SC, a ação proposta presumia a realização da auditoria e, como consequência, a regularização do controle dos processos, visando a inibir fraudes e outros desvios de função. Além disso, os documentos recolhidos durante a intervenção iriam servir de base para uma extensa investigação criminal, objetivando a verificação de eventuais fraudes e, caso fossem constatadas, propiciar a abertura de processo criminal contra seus autores. Seria o começo, e não o fim dos trabalhos.

As principais mudanças provocadas pela intervenção foram:

- Um novo estatuto, embora bastante semelhante ao anterior;
- Eleição de um novo Conselho de Curadores, sob novas regras;
- Desvinculação dos cargos de direção da FEESC e do CTC;
- Maior controle de todos os processos envolvidos nos projetos, em especial no que se refere a compras e a pagamento de pessoal;
- Maiores restrições na atuação da FEESC;
- Fortalecimento da participação do Conselho de Curadores nas decisões e responsabilidade pelos direcionamentos tomados pela FEESC.

A GESTÃO PARTICIPATIVA

A FEESC foi, durante sua história, gerenciada como um modelo organizacional de hierarquia de autoridade. Entretanto, após a intervenção, esse modelo se mostrou limitado, pois concentrava o poder de decisão e facilitava distorções na condução dos projetos. Assim, com o fim da intervenção, a gestão participativa passou a ser uma opção para viabilizar o futuro da Fundação.

A aplicação prática da gestão participativa deve se basear em novas formas de organização do poder e da autoridade, no reconhecimento dos processos sociais e da cultura da organização, num processo decisório democrático e na ampliação do espaço coletivo para a participação. Assim, os indivíduos têm a possibilidade de influenciar os destinos da organização, podendo, mesmo aqueles que se encontram abaixo do nível da direção superior, contribuir para o estabelecimento de novas diretrizes.

"A Gestão Participativa corresponde a um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos trabalhadores na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução" [7] (p. 2). Dessa forma, considerando-se que a FEESC possuía no seu quadro funcional um grupo de colaboradores qualificados, com muitos anos de serviço, essa seria uma opção para minimizar os desgastes administrativos e o custo operacional.

Os diretores e membros do conselho não têm vínculo empregatício com a Fundação, mas também participavam desse modelo. Já para os colaboradores, a FEESC é a garantia de seu enquadramento no mercado de trabalho e, assim, seus comprometimento e dedicação foram fatores relevantes para garantir sua continuidade.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Para a continuidade da FEESC antigos desafios permanecem e novos se impõem:

- Necessidade de a UFSC formalizar, por meio de uma resolução aprovada no seu Conselho Universitário (CUn), sua

relação com as fundações de apoio, gerando um claro regramento desse vínculo;

- Necessidade de legislação mais clara, objetiva e completa, que evite múltiplas interpretações, o que fica agravado pelo fato de a UFSC seguir a legislação federal e as fundações serem fiscalizadas pelo MP-SC;
- Estabelecimento de um diálogo contínuo e construtivo com o MP-SC;
- Necessidade de mudança de cultura de todos os agentes envolvidos com a atuação das fundações, com ampla divulgação dos procedimentos burocráticos adequados;
- Ações de divulgação da imagem e potencialidades da fundação junto à comunidade de usuários;
- Garantia do pagamento dos serviços prestados pelas fundações em vários convênios com órgãos públicos, pois as limitações impostas causam dificuldades para a sobrevivência econômico-financeira das mesmas;
- Posicionamento frente ao Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda a extinção das fundações de apoio. "Não ter uma fundação de apoio atrapalha as universidades, porque as entidades foram criadas para facilitar a gestão de projetos de pesquisa e extensão" [5].

DISCUSSÕES

A FEESC foi fundada em 1966 para possibilitar a criação e implantação do Curso de Engenharia Elétrica da UFSC. Hoje, esse é um curso de excelência e uma referência nacional e mesmo internacional.

Na história da FEESC e na das demais fundações de apoio da UFSC, milhares de bolsas de pesquisa e de estágio já foram pagas, permitindo que diversos estudantes pudessem financiar sua formação profissional e promover sua ascensão social. Além disso, os recursos aplicados em infra-estrutura promoveram melhorias significativas na qualidade de ensino, pela possibilidade de manter excelentes laboratórios e de se dispor de recursos didáticos modernos. Foram oferecidas inúmeras oportunidades de aprendizagem de conteúdos práticos aos estudantes, por meio de estágios e participação em pesquisa de ponta. Este tipo de experiência é extremamente valioso para a formação profissional, facilitando o enquadramento do egresso no mercado de trabalho. Somando-se a isso, o financiamento de milhares de pesquisas, que qualificaram estudantes de pós-graduação e professores, contribuiu para o desenvolvimento do país e para a sua soberania tecnológica e garantiu maior competitividade de nossas empresas no mercado globalizado. Assim, a contribuição das fundações de apoio para a melhoria e a atualização permanente da qualidade de ensino, em especial nas áreas tecnológicas, tem sido essencial.

É importante que a administração central das universidades e as fundações de apoio criem condições para que as práticas de pesquisa e extensão sejam balizadas por valores concatenados com aqueles esperados para o serviço público, beneficiando a sociedade como um todo. Há a necessidade de um planejamento estratégico integrado que regule as decisões e ações das fundações de apoio em sintonia com os valores institucionais.

Outro aspecto que ficou evidenciado em todo esse processo é que a autonomia universitária, e como ela se estabelece na prática, é uma questão ainda não muito clara. Muitos são de opinião de que as fundações de apoio são a forma de as universidades exercerem sua autonomia e que, se estas funcionarem dentro dos princípios constitucionais, este papel seria plenamente exercido.

É necessária maior profissionalização nesse setor, com a definição de políticas internas de gerenciamento dos recursos, coordenação adequada e melhoria dos processos de trabalho, padronização nos serviços prestados e estratégias para a área de recursos humanos, que gerem mais satisfação e engajamento dos colaboradores.

Os tempos são outros. As auditorias e fiscalizações tornaram-se mais eficientes e rígidas. Isso, por vezes, "engessa" ou inviabiliza a execução dos projetos. Paralelamente, os recursos para financiamento de projetos de pesquisa aumentaram. É imprescindível, pois, uma compatibilização entre a fiscalização e a gestão, de modo que os benefícios sociais e de desenvolvimento tecnológico que as fundações podem mediar sejam realizados e sua finalidade maior seja realizada: a contribuição para o bem-estar social do país.

REFERÊNCIAS

[1] Agostinho, J.; "A dispensa de licitação das fundações de apoio em face ao Artigo 24 inciso 13 da Lei 8666/93." Santa Catarina. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – UNISUL, 2002.

[2] "Entrevista com Airton Grazzioli, curador de Fundações de São Paulo – MP-SP", *Informativo da Fundação Carlos Alberto Vanzolini - Departamento de Engenharia de Produção - Escola Politécnica - USP*, ano XV, No. 73, março/abril de 2008.

[3] Grecellé, R.; "Ministério Público e Fundações debatem relações", *Ministério Público - RS - Imprensa*, RS; http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/noticias/id8870.htm?impressao=1& (acesso: Out. 2009).

[4] APUFSC; "Dívida com Previdência ameaça futuro da Feesc", APUFSC Notícias, 22/04/2008; http://www.apufsc.ufsc.br/texto/454/ (acesso: Out. 2009).

[5] Sallum, S.; "UnB está sem fundações por conta de escândalos", Correio Braziliense – DF, 18/10/2009; http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2009/10/18/cidades,i=148992/UNB+ESTA+SEM+FUNDACOES+POR+CONTA+DE+ESCANDALOS.shtml (acesso: Out. 2009).

[6] "As fundações privadas ditas de apoio e a universidade pública", Cadernos ANDES – Brasília, n 23, p.9-11, Jan. 2006; http://www.andes.org.br/2008/publicacoes/publicacoes.htm (acesso: Out. 2009).

[7] Santos, A. C.; Lopes, L. F.; Graça, R. M.; Alberto, S. G.; Nunes, T. C.; Rutkowski, J.; "Gestão participativa: uma alternativa viável para o século XXI", In: *XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Curitiba – PR, 23 a 25 de outubro de 2002; http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR15_0343.pdf (acesso: Out. 2009).